



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DELIBERAÇÃO Nº 20/2019

Autoriza a Reformulação do Programa de Pós-graduação em História Social, cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado.

O **CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**, no uso da competência que lhe atribui o parágrafo único do Artigo 11 do Estatuto da UERJ, e com base no Processo E-26/007/104.471/2018, aprovou e eu promulgo a seguinte Deliberação:

Art. 1º - Fica autorizada a reformulação do Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHS), cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado a ser oferecido pela Faculdade de Formação de Professores (FFP), Unidade Acadêmica vinculada ao Centro Setorial de Educação e Humanidades.

Art. 2º - O Programa de Pós-graduação em História Social obedecerá ao disposto no seu Regulamento Específico, Anexo I desta Deliberação, e no Regulamento Geral dos Programas de Pós-graduação da UERJ (Deliberação nº 42/2015), assim como atenderá à legislação federal que disciplina os cursos de Pós-graduação *stricto sensu* no país (Resolução CNE/CES nº 01/01).

Art. 3º - A estrutura curricular do Programa de Pós-graduação em História Social obedecerá ao discriminado no Anexo II desta Deliberação.

Art. 4º - A presente Deliberação entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

UERJ, 04 de abril de 2019.

RUY GARCIA MARQUÉS

REITOR



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

ANEXO I

REGULAMENTO ESPECÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL (MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO) DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ

TÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - O Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHS) destina-se à formação de pessoal qualificado para o desenvolvimento de atividades científicas e docentes no campo da História.

Art. 2º - O PPGHS da UERJ tem como objetivos principais:

- a) Promover a pesquisa e a reflexão sistemáticas sobre questões relevantes da História Social;
- b) Promover o aperfeiçoamento teórico, prático e metodológico de seus pesquisadores, docentes e alunos;
- c) Promover a formação de profissionais altamente qualificados na área;
- d) Contribuir para a expansão e a integração de todas as áreas do conhecimento que direta ou indiretamente se relacionarem com a História Social;
- e) Tornar-se um centro atuante no sentido de promover efetiva e decisivamente a elevação do nível acadêmico da UERJ e, em especial, do Departamento de Ciências Humanas (DCH) e da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo (FFP);
- f) Promover o intercâmbio no âmbito nacional e internacional na área da História e, em particular, naquelas mais diretamente relacionadas à História Social.

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 3º - O PPGHS possui vínculo com o DCH, Departamento de Ciências Humanas da FFP, Unidade Acadêmica vinculada ao Centro de Educação e Humanidades.

Parágrafo único - Outros departamentos e unidades da UERJ poderão atuar junto ao PPGHS para consecução de seus objetivos.

Art. 4º - O PPGHS será coordenado por um colegiado - Comissão de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História Social (CCPPGHS) constituído pelo corpo docente credenciado no Programa e 2 (dois) representantes discentes (um para o Mestrado e outro para o Doutorado), com seus suplentes, eleitos por seus pares.



2



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

Art. 5º - A indicação dos coordenadores Geral e Adjunto será feita pela CCPPGHS, dentre seus membros docentes.

§1º - Os coordenadores Geral e Adjunto deverão ser professores credenciados no PPGHS, pertencentes ao quadro funcional ativo da UERJ, lotados na FFP e portadores do título de Doutor ou de Livre-docente.

§2º - No impedimento do Coordenador Geral, o Coordenador Adjunto assumirá todas as suas atribuições legais.

Art. 6º - A composição da CCPPGHS, incluindo a indicação de seus coordenadores Geral e Adjunto será homologada pelo Conselho Departamental da FFP e designados pelo Diretor em Portaria.

Art. 7º - A CCPPGHS reunir-se-á mensalmente por convocação do Coordenador Geral ou da maioria simples de seus membros.

§1º - As decisões da CCPPGHS serão expressas por maioria de votos dos presentes.

§2º - Em caso de empate, caberá ao Coordenador Geral o voto de qualidade.

§3º - As decisões da CCPPGHS poderão ser objeto de recurso, apresentado ao Conselho Departamental da FFP, em segunda instância, e ao CSEPE em terceira e última instância.

Art. 8º - Os mandatos dos coordenadores Geral e Adjunto do PPGHS serão de 2 (dois) anos, permitida apenas uma recondução consecutiva.

Parágrafo único - O mandato da representação discente será de um ano, não sendo permitida a recondução consecutiva.

Art. 9º - Compete à CCPPGHS:

- a) Organizar os cursos do PPGHS e supervisionar os trabalhos referentes ao seu desenvolvimento;
- b) Analisar e, se for o caso, aprovar as linhas de pesquisa a serem desenvolvidas no PPGHS;
- c) Propor as disciplinas do PPGHS, fixando suas ementas e unidades de crédito;
- d) Divulgar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início das inscrições para seleção ao curso, o Edital de Seleção, após aprovação pela Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa;



3



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

- e) Estabelecer os horários das disciplinas;
- f) Preparar, anualmente, o catálogo do PPGHS;
- g) Deliberar sobre a equivalência de unidades de crédito relativas às disciplinas cursadas fora do PPGHS;
- h) Organizar os seminários de Mestrado e de Doutorado;
- i) Aprovar os membros titulares e suplentes das comissões examinadoras de Dissertações e de Teses, indicados pelo orientador;
- j) Autorizar substituições de orientadores;
- k) Indicar um substituto do orientador, no caso de impedimento deste, para presidir as comissões examinadoras de Dissertações e de Teses;
- l) Fixar normas referentes à padronização da forma gráfica das Dissertações e das Teses;
- m) Homologar o resultado do julgamento das Dissertações e das Teses, comunicando-o às autoridades competentes;
- n) Estimular contatos e entendimentos com organizações nacionais e estrangeiras interessadas em fomentar o desenvolvimento do PPGHS;
- o) Coordenar o desenvolvimento das disciplinas, seminários gerais e demais atividades, visando ao cumprimento do Programa;
- p) Coordenar o processo seletivo de candidatos ao PPGHS;
- q) Decidir sobre pedidos de trancamento de matrícula;
- r) Fixar prazos para o término dos trabalhos dos alunos que receberem conceito "I" (Incompleto) em disciplinas do PPGHS, ouvido o professor da disciplina, desde que não ultrapasse o semestre letivo subsequente;
- s) Homologar a indicação de alunos efetuada pela Comissão de Bolsas do PPGHS, para recebimento de bolsas disponíveis;
- t) Gerir os recursos financeiros destinados ao PPGHS para sua manutenção, respeitando os mandamentos universitários sobre a matéria;
- u) Deliberar sobre casos omissos, dentro de suas atribuições legais.

Art. 10 - Compete ao Coordenador Geral:

- a) Convocar e presidir as reuniões da CCPPGHS;
- b) Elaborar as propostas relativas ao plano geral do PPGHS, bem como a programação acadêmica, supervisionando sua execução;
- c) Apresentar e encaminhar sugestões que visem ao desenvolvimento do PPGHS;
- d) Representar o PPGHS junto aos demais colegiados da UERJ, bem como junto a outros programas, órgãos e instituições;
- e) Promover o intercâmbio com outros programas de Pós-graduação nacionais e estrangeiros;
- f) Supervisionar os serviços da Secretaria do PPGHS e expedir certidões ou atestados relativos a atividades docentes e discentes;





UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

- g) Representar o PPGHS perante os órgãos governamentais e as agências oficiais de fomento;
- h) Acompanhar os processos de avaliação dos cursos do PPGHS junto à CAPES;
- i) Decidir *ad referendum* da CCPPGHS em situação de urgência e de impedimento de realização de reunião da Comissão.

Art. 11 - O PPGHS contará com a participação de 2 (duas) comissões: Comissão de Bolsas e Comissão Gestora.

Art. 12 - Compete aos membros da Comissão de Bolsas proceder à avaliação das solicitações quanto à concessão e renovação de bolsas de estudo do PPGHS.

§1º - A Comissão de Bolsas será constituída pelo Coordenador do Programa, por 2 (dois) professores do PPGHS eleitos pelo CCPPGHS, com mandato de 2 (dois) anos, e por 2 (dois) representantes dos pós-graduandos (um do Mestrado e outro do Doutorado), eleitos em assembleia dos discentes, com mandato de um ano.

§2º - O Coordenador Geral do PPGHS terá o voto de qualidade em caso de empate em suas votações.

§3º - Os critérios de concessão e renovação de bolsas serão definidos em regulamento próprio, devidamente aprovado pela CCPPGHS.

Art. 13 - Compete aos membros da Comissão Gestora planejar e aprovar os gastos referentes às verbas do PPGHS.

§1º - A Comissão Gestora será constituída pelo Coordenador Adjunto do Programa, por 2 (dois) professores do PPGHS eleitos pelo CCPPGHS, com mandatos de 2 (dois) anos, e por 2 (dois) representantes dos pós-graduandos (um do Mestrado e outro do Doutorado), eleitos em assembleia dos discentes, com mandato de um ano.

§2º - O Coordenador Adjunto do PPGHS terá o voto de qualidade em caso de empate em suas votações.

§3º - Os critérios de gestão da verba do PPGHS serão definidos em regulamento próprio, devidamente aprovado pela CCPPGHS.

TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA CAPÍTULO I - DO CORPO DOCENTE

Art. 14 - O corpo docente do PPGHS será composto por professores que deverão ter o título de Doutor.



5



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

§1º - São membros do corpo docente do PPGHS os professores permanentes, colaboradores e visitantes, conforme regras da CAPES, credenciados pela CCPPGHS.

§2º - O corpo docente permanente do PPGHS deverá ter em sua composição, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de docentes pertencentes ao quadro da UERJ e, no máximo, 40% (quarenta por cento) de docentes pertencentes a outras instituições de Ensino Superior (IES), atendidas as exigências para credenciamento presentes no §3º deste Artigo.

§3º - O processo de credenciamento de um novo membro no corpo docente do PPGHS deverá ser aprovado pela CCPPGHS com base no projeto de pesquisa, plano de atividades, no *Currículo Lattes* do candidato, exigindo do mesmo que, nos 3 (três) anos anteriores tenha, ao menos, 3 (três) publicações entre os seguintes produtos: artigo em revista Qualis A1, A2 ou B1; capítulo de livro ou livro (de caráter autoral ou de organização); e estar inserido em pelo menos um grupo de pesquisa nacional (Diretório de Pesquisa do CNPq).

Art. 15 - O corpo docente deverá, a cada 3 (três) anos, passar por processo de credenciamento pela CCPPGHS conforme regras da CAPES, com base na sua produção intelectual, capacidade de captação de recursos e atividades de orientação.

§1º - Para permanecer compondo o Quadro Docente do Programa será exigido do professor, no triênio:

- a) Totalizar, ao menos, 3 (três) publicações entre os seguintes produtos: artigo em periódico Qualis A1, A2, B1; capítulo de livro ou livro (de caráter autoral ou de organização);
- b) Entre as produções arroladas no item 'a', ter publicado ao menos um artigo em periódico de alto estrato no triênio;
- c) estar inserido em pelo menos um grupo de pesquisa nacional (Diretório de Pesquisa do CNPq);
- d) ser contemplado com ao menos um auxílio à pesquisa de órgãos de fomento;
- e) ser orientador de, ao menos, uma Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado e, ao menos, um bolsista de Iniciação Científica no período.

§2º - O reingresso do docente anteriormente desligado do PPGHS envolverá o procedimento previsto no §3º do Art. 14, e somente poderá ser solicitado após um ano de descredenciamento do PPGHS.

Art. 16 - A orientação de dissertações e de teses do PPGHS deverá ser efetuada

 6



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

por, no máximo, 2 (dois) orientadores, sendo um, necessariamente, credenciado no corpo docente do Programa.

§1º - Cada docente permanente, em regime de trabalho de tempo integral, 40 (quarenta) horas semanais, poderá orientar até 8 (oito) trabalhos, entre dissertações e teses, simultaneamente.

§2º - Cada docente permanente, em regime de tempo parcial, 20 (vinte) horas semanais, poderá orientar até 3 (três) trabalhos, entre dissertações e teses, simultaneamente.

§3º - Cada docente colaborador poderá orientar até 2 (dois) trabalhos, entre dissertações e teses, por vez, após deliberação da CCPPGHS.

§4º - Os casos excepcionais serão avaliados pela CCPPGHS.

Art. 17 - A participação de professores externos ao corpo docente em disciplinas do PPGHS deverá ser autorizada pela CCPPGHS e pelo CSEPE.

CAPÍTULO II - DA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO

Art. 18 - O Mestrado em História destina-se a portadores de diploma de Graduação Plena, outorgado por IES oficial ou reconhecida pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 19 - O Doutorado em História destina-se aos portadores de diploma de Mestrado, outorgado por curso credenciado pela CAPES, submetidos todos os candidatos a processo seletivo único.

Art. 20 - Em casos excepcionais, por indicação da banca examinadora do Exame de Qualificação de Mestrado, será permitido o ingresso automático no Doutorado para alunos regularmente matriculados no Curso de Mestrado do PPGHS.

§1º - O ingresso automático, no Curso de Doutorado, dos alunos regularmente matriculados no Curso de Mestrado do PPGHS, quando indicado pela banca examinadora, deverá ser validado pela CCPPGHS.

§2º - A seguinte documentação deve constar do processo de pedido de ingresso automático, que deve ser finalizado em até 18 (dezoito) meses a contar da matrícula do aluno no Programa, para encaminhamento ao Colegiado do PPGHS para deliberação:

- a) solicitação do orientador, com as justificativas para o pedido;
- b) projeto de pesquisa a ser desenvolvido no Doutorado;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

- c) currículo *Lattes* do aluno, do qual devem constar publicações e participações em congressos na área de seu interesse;
- d) histórico escolar do curso de Mestrado, que comprove obtenção de conceito A em todas as disciplinas cursadas;
- e) Ata do Exame de Qualificação, com a indicação da banca no sentido do ingresso automático.

Art. 21 - A inscrição para o processo seletivo ao Curso de Mestrado será formalizada mediante a apresentação da seguinte documentação:

- a) Ficha de Inscrição devidamente preenchida;
- b) Diploma de Graduação plena;
- c) Histórico escolar da Graduação plena correspondente à alínea anterior;
- d) *Currículo Lattes*;
- e) Cópia da Carteira de identidade;
- f) Cópia do CPF
- g) Projeto de Pesquisa apresentado conforme formato disponível no Edital de Seleção;
- h) 2 (duas) fotos 3x4, de data recente.

Parágrafo único - Caso a IES não tenha expedido o diploma a que faz jus o candidato na data da inscrição, aceitar-se-á declaração indicando a data de conclusão do curso e de colação de grau. Neste caso o candidato, se selecionado, deverá entregar o diploma antes da entrega da Dissertação visando à defesa.

Art. 22 - A seleção dos candidatos será efetuada pela Comissão de Seleção (CS) indicada pela CCPPGHS, constituída por, pelo menos, 3 (três) professores do corpo docente permanente do PPGHS.

Art. 23 - A seleção dos candidatos para o Mestrado será publicada em Edital e constará das seguintes etapas:

- a) Exame da documentação apresentada pelo candidato;
- b) Prova escrita, de qualificação acadêmica;
- c) Análise do *Currículo Lattes* e de projeto de pesquisa;
- d) Arguição oral com a comissão de seleção;
- e) Prova de língua estrangeira, podendo os candidatos optar por um dos idiomas constantes do Edital de Seleção;
- f) Candidatos estrangeiros cuja língua nativa não seja o Português deverão submeter-se, também, a exame de Língua Portuguesa.



8



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

Art. 24 - A inscrição para o processo seletivo ao Curso de Doutorado será formalizada mediante a apresentação da seguinte documentação:

- a) Ficha de Inscrição devidamente preenchida;
- b) Diploma de conclusão de Mestrado credenciado pela CAPES;
- c) Histórico escolar do Mestrado e/ou Ata da defesa do Mestrado credenciado pela CAPES;
- d) Cópia da Dissertação de Mestrado;
- e) *Currículo Lattes*;
- f) Cópia da Carteira de identidade;
- g) Cópia do CPF;
- h) Projeto de Pesquisa apresentado conforme formato disponível no Edital de Seleção;
- i) 2 (duas) fotos 3x4, de data recente.

Art. 25 - A seleção dos candidatos ao Curso de Doutorado será efetuada pela Comissão de Seleção (CS) indicada pela CCPPGHS, constituída por, pelo menos, 3 (três) professores do corpo docente permanente do PPGHS.

Art. 26 - A seleção dos candidatos para o Doutorado será publicada em Edital e constará das seguintes etapas:

- a) Avaliação do projeto de pesquisa apresentado no ato de inscrição (etapa eliminatória);
- b) Arguição oral com a comissão de seleção (etapa eliminatória);
- c) Prova de língua estrangeira.

Art. 27 - A forma específica das provas e avaliações, o peso relativo de cada uma das etapas da seleção, e/ou o acréscimo de outras provas, ficam a critério da comissão de seleção de cada concurso, sujeitas às modificações que, porventura, forem introduzidas à aprovação do Colegiado.

TÍTULO IV - DO REGIME ACADÊMICO CAPÍTULO I - DA ESTRUTURA E DURAÇÃO DOS CURSOS

Art. 28 - O Curso de Mestrado do PPGHS, compreendendo a defesa da Dissertação, deverá ser concluído no período mínimo de 12 (doze) e, máximo, de 30 (trinta) meses. O Curso de Doutorado do PPGHS, compreendendo a defesa da Tese, deverá ser concluído no período mínimo de 36 (trinta e seis) meses e, máximo, de 54 (cinquenta e quatro) meses.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

§1º - Para integralização dos cursos de Mestrado e de Doutorado do PPGHS, o período será computado a partir da data de início das atividades do aluno no curso.

§2º - O regime acadêmico do curso será semestral.

Art. 29 - Por proposta devidamente justificada, a CCPPGHS poderá conceder trancamento de matrícula, após cursado o primeiro semestre, por prazo máximo de 6 (seis) meses, sem direito a renovação.

§1º - O período de trancamento de matrícula será considerado para fins de integralização do PPGHS.

§2º - O aluno que tiver ultrapassado o período de trancamento legalmente permitido será desligado do PPGHS.

Art. 30 - Por proposta devidamente justificada pelo orientador, a CCPPGHS poderá conceder prorrogação do período de integralização do curso, por prazo máximo de 3 (três) meses, sem direito à renovação.

§1º - A solicitação da prorrogação deverá ser apresentada até, no máximo, o 28º (vigésimo oitavo) mês de Curso de Mestrado, e 51º (quinquagésimo primeiro) mês do Curso de Doutorado.

§2º - A documentação necessária para solicitar a prorrogação é: parecer do orientador justificando o pedido; plano de redação da Dissertação ou da Tese; e versão de 2/3 (dois terços) dos capítulos previstos no plano de redação, no caso do Mestrado, e de 2/3 (dois terços) dos capítulos previstos no plano de redação, no caso do Doutorado.

§3º - A documentação será analisada por um membro da CCPPGHS, que emitirá parecer, a fim de embasar a decisão tomada pela CCPPGHS.

§4º - O aluno que tiver usufruído de bolsa durante o curso não poderá solicitar prorrogação do período de integralização do curso.

Art. 31 - O aluno poderá, com a devida autorização da CCPPGHS, realizar atividades acadêmicas fora da sede do PPGHS, no país ou no exterior, desde que garantida a existência de orientação qualificada, ambiente criativo e condições materiais adequadas.

Art. 32 - Até o fim do primeiro semestre de estudos, o aluno deverá definir um professor orientador dentre os docentes credenciados para tal função, responsável por todo

¹⁰



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

seu acompanhamento acadêmico e orientação na elaboração de sua Dissertação ou Tese, submetendo sua escolha à CCPPGHS.

Parágrafo único - Será admitida a figura do coorientador, pertencente ou não ao quadro do Programa, desde que cumpridas as exigências quanto à titulação e a obrigatoriedade do cadastro pelo colegiado do PPGHS.

CAPÍTULO II - DO REGIME DE CRÉDITOS

Art. 33 - A integralização dos estudos necessários ao PPGHS será expressa em unidades de crédito, em conformidade com as normas vigentes na UERJ. Cada unidade de crédito corresponde a 15 (quinze) horas de aula e/ou atividades.

Art. 34 - Para integralizar os créditos do Curso de Mestrado, o aluno do PPGHS deverá completar, no mínimo, 32 (trinta) unidades de crédito, correspondentes a 495 (quatrocentas e noventa e cinco) horas, sendo:

1. Disciplinas obrigatórias - 20 (vinte) créditos, divididos da seguinte forma:
 - História Social do Território - 4 (quatro) créditos;
 - Tópicos Especiais em Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais; Tópicos Especiais em Território, Identidades e Representações; ou Tópicos Especiais em Historiografia e Ensino de História - 4 (quatro) créditos;
 - Seminário de Pesquisa em Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais; Seminário de Pesquisa em Território, Identidades e Representações; ou Seminário de Pesquisa em Historiografia e Ensino de História - 4 (quatro) créditos;
 - Seminário de Pesquisa em História Social do Território I - 4 (quatro) créditos;
 - Seminário de Pesquisa em História Social do Território II - 4 (quatro) créditos.
2. Disciplinas eletivas - 8 (oito) créditos, divididos da seguinte forma:
 - Tópicos Especiais em História Social do Território I - 4 (quatro) créditos;
 - Tópicos Especiais em História Social do Território II - 4 (quatro) créditos.
3. Atividades Obrigatórias - 4 (quatro) créditos, divididos da seguinte forma:
 - Exame de Qualificação - 1 (um) crédito;
 - Estágio Docente - sem atribuição de crédito;
 - Defesa de Dissertação - 3 (três) créditos.

Parágrafo único - Será facultado ao aluno cursar 4 (quatro) créditos de disciplina eletiva em outro programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, recomendado



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

pela CAPES, ou em cursos equivalentes de instituições estrangeiras, desde que haja concordância do orientador e da CCPPGHS.

Art. 35 - Para integralizar os créditos do Curso de Doutorado, o aluno do PPGHS deverá completar, no mínimo, 49 (quarenta e nove) unidades de crédito, correspondentes a 765 (setecentas e sessenta e cinco) horas, sendo:

1. Disciplinas obrigatórias - 32 (trinta e dois) créditos, divididos da seguinte forma:
 - História Social do Território - 4 (quatro) créditos;
 - Tópicos Especiais em Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais; Tópicos Especiais em Território, Identidades e Representações; ou Tópicos Especiais em Historiografia e Ensino de História - 4 (quatro) créditos;
 - Seminário Especial de Pesquisa - 4 (quatro) créditos;
 - Seminário de Pesquisa em História Social do Território III - 4 (quatro) créditos;
 - Seminário de Pesquisa em História Social do Território IV - 4 (quatro) créditos;
 - Seminário de Pesquisa em História Social do Território V - 4 (quatro) créditos;
 - Seminário de Pesquisa em História Social do Território VI - 4 (quatro) créditos;
 - Seminário de Pesquisa em História Social do Território VII - 4 (quatro) créditos.
2. Disciplinas eletivas - 4 (quatro) créditos, divididos da seguinte forma:
 - Tópicos Especiais em História Social do Território III - 4 (quatro) créditos.
3. Atividades Obrigatórias - 13 (treze) créditos, divididos da seguinte forma:
 - Exame de Qualificação - 1 (um) crédito;
 - Estágio Docente - sem atribuição de crédito;
 - Defesa de Tese - 12 (doze) créditos.

Parágrafo único - Será facultado ao aluno cursar 4 (quatro) créditos de disciplina eletiva em outro programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, recomendado pela CAPES ou em cursos equivalentes de instituições estrangeiras, desde que haja concordância do orientador e da CCPPGHS.

Art. 36 - Será permitido o aproveitamento de créditos obtidos anteriormente.

§1º - Para os alunos do Mestrado, poderão ser aproveitados até 6 (seis) créditos obtidos em outro curso de Pós-graduação *stricto sensu*, recomendado pela CAPES, ou em cursos equivalentes de instituições estrangeiras. O aproveitamento



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

dependerá de solicitação por parte do aluno e aceitação por parte da CCPPGHS. Só será aceito o aproveitamento de créditos de disciplinas que tenham sido cursadas há, no máximo, 4 (quatro) anos imediatamente anteriores à matrícula do aluno no PPGHS, mediante apresentação de documentação explicitando o conteúdo programático, a carga horária e o conceito de seu rendimento acadêmico, expedidos pela instituição onde foram obtidos os créditos.

§2º - Os alunos do Doutorado que cursaram as disciplinas obrigatórias do Mestrado do PPGHS, até 5 (cinco) anos anteriores à sua matrícula no Curso de Doutorado, serão dispensados de cursar as disciplinas equivalentes ao Doutorado.

Art. 37 - O aluno fará todo o curso sob o regulamento vigente na ocasião da matrícula.

CAPÍTULO III - DA MATRÍCULA E DA INSCRIÇÃO EM DISCIPLINAS

Art. 38 - Os candidatos selecionados serão convocados à matrícula pela CCPPGHS, que determinará, no Edital, o prazo para sua realização e os documentos necessários para sua efetivação, cumpridas as determinações dos mandamentos universitários.

Parágrafo único - O candidato selecionado que não efetivar sua matrícula no prazo previsto perderá o direito à vaga, que será preenchida, em matrícula de reclassificação definida no Edital de Seleção, pelo candidato classificado imediatamente após o último selecionado.

Art. 39 - As inscrições em disciplinas e atividades serão feitas periodicamente, nos prazos e nos termos estabelecidos pela CCPPGHS, em todas as fases dos estudos até a obtenção do título de Mestre e de Doutor, atendido o calendário acadêmico de Pós-graduação *stricto sensu* da Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa.

Parágrafo único - O aluno deverá, obrigatoriamente, fazer inscrição em disciplina ou atividade a cada período letivo.

Art. 40 - O cancelamento de inscrição em disciplina poderá ser concedido, mediante requerimento do interessado, antes de decorrido o período de 3 (três) semanas do início das aulas da disciplina e não implicará em reprovação.

Art. 41- Poderão cursar disciplinas do PPGHS alunos regularmente matriculados em curso de Pós-graduação *stricto sensu* de outra IES.

13



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

Parágrafo único - Os alunos mencionados no *caput* deste Artigo serão considerados alunos de disciplina isolada do PPGHS.

Art. 42 - Caberá a CCPPGHS decidir, a cada período, sobre a abertura de vagas para alunos de disciplinas isoladas do PPGHS.

Art. 43 - Os alunos de Mestrado e de Doutorado do PPGHS deverão realizar seu Estágio em Docência, preferencialmente, junto às disciplinas de Graduação da FFP, conforme regras estabelecidas pela CCPPGHS.

CAPITULO IV - DA VERIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ACADÊMICO

Art. 44 - O aproveitamento em cada disciplina será avaliado através de provas escritas, exames, trabalhos ou projetos escritos em Português e será expresso em conceitos, de acordo com a seguinte escala:

- A - Excelente (Nota de 9,0 a 10,0)
- B - Bom (Nota de 8,0 a 8,9)
- C - Regular (Nota 7,0 a 7,9)
- D - Deficiente (Nota inferior a 7,0)

§1º - Os conceitos 'A', 'B' e 'C' indicam aprovação na disciplina. O conceito 'D' indica reprovação na disciplina.

§2º - Será atribuído conceito 'I' (Incompleto), ao aluno que, tendo conceito 'C' ou acima no decorrer da disciplina, deixar de completar, por motivo justificado, uma pequena parcela do total de trabalhos ou provas exigidas.

§3º - O conceito 'I' é provisório e será automaticamente transformado em conceito 'D', caso os trabalhos ou provas não sejam completados dentro do prazo fixado pela CCPPGHS, ouvido o professor da disciplina, e observado o disposto na alínea 'r' do Art. 9º.

Art. 45 - A avaliação do aproveitamento será feita mediante o Coeficiente de Rendimento (CR), correspondente à média ponderada de todos os níveis de conceitos atribuídos ao longo do Curso, tomando-se como peso o número de créditos das disciplinas e atribuindo-se aos níveis os valores abaixo, devendo o resultado ser aproximado até a primeira casa decimal.

Art. 46 - É obrigatória a frequência mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) em cada disciplina ou atividade do Curso.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

Art. 47 - O aluno será desligado do PPGHS, em qualquer uma das seguintes circunstâncias:

- a) se obtiver Coeficiente de Rendimento (CR) inferior a 2,0 (dois), após cursar 12 (doze) créditos;
- b) se obtiver Coeficiente de Rendimento (CR) inferior a 2,5 (dois e meio), após cursar 24 (vinte e quatro) créditos;
- c) se obtiver mais de um conceito 'D';
- d) se não cumprir qualquer atividade ou exigência nos prazos regimentais;
- e) se ultrapassar o prazo máximo definido no Art. 28 para integralização do Curso;
- f) Se plagiar ou fraudar dados em quaisquer dos trabalhos acadêmicos apresentados como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre e de Doutor nos respectivos cursos do Programa.

CAPÍTULO V - DA ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO E DEFESA DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 48 - O material para o Exame de Qualificação da Dissertação de Mestrado consiste no projeto de pesquisa em formato livre; no plano de redação que especifique as partes e/ou capítulos da Dissertação; e na versão preliminar de um dos capítulos previstos no plano de redação.

§1º - Uma via do material para o Exame de Qualificação deverá ser depositada na Secretaria do PPGHS, com 15 (quinze) dias de antecedência, no máximo, à data marcada para ocorrer a defesa.

§2º - Só poderá se inscrever na atividade Exame de Qualificação o aluno que tiver cumprido pelo menos 16 (dezesseis) créditos em disciplinas da estrutura curricular do Curso.

Art. 49 - O material para o Exame de Qualificação da Tese de Doutorado consiste no projeto de pesquisa em formato livre; no plano de redação que especifique as partes e/ou capítulos da Tese; e na apresentação de um a 2 (dois) capítulos previstos no plano de redação.

§1º - Uma via do material para o Exame de Qualificação deverá ser depositada na Secretaria do PPGHS com 15 (quinze) dias de antecedência, no máximo, à data marcada para ocorrer a defesa.

§2º - Só poderá se inscrever na atividade Exame de Qualificação o aluno que tiver cumprido pelo menos 16 (dezesseis) créditos em disciplinas da estrutura curricular do Curso.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

Art. 50 - O Exame de Qualificação constituirá de uma exposição oral da proposta de Dissertação de Mestrado ou da Tese de Doutorado à banca examinadora, constituída por 3 (três) professores Doutores ou Livres-docentes, todos credenciados pela CCPPGHS, dela fazendo parte, necessariamente, o orientador.

§1º - A composição da banca examinadora será encaminhada pelo aluno à Secretaria do PPGHS e aprovada pela CCPPGHS.

§2º - Para credenciar o professor externo para participar de banca examinadora do PPGHS é necessário o encaminhamento, à Coordenação do Curso, de formulário de credenciamento e de cópia da seguinte documentação: Currículo Lattes, identidade, CPF, diploma de Doutorado ou de Livre-docente.

Art. 51 - Na apreciação do material apresentado no Exame de Qualificação, e considerando os seus aspectos de originalidade, adequação metodológica e contribuição para o conhecimento do tema, a banca examinadora deliberará e atribuirá o conceito 'Aprovado', 'Aprovado com restrições' ou 'Reprovado'.

§1º - Terminado o julgamento, a comissão examinadora deverá lavrar uma Ata e encaminhá-la à CCPPGHS para homologação.

§2º - Qualquer restrição por parte da banca examinadora que resulte em exigência de alteração do material de Qualificação deverá ser registrada em Ata, e caberá ao aluno cumprir as exigências dentro do prazo estipulado pela banca examinadora, que não poderá exceder 60 (sessenta) dias.

§3º - O aluno reprovado no Exame de Qualificação será desligado do Curso.

Art. 52 - O Exame de Qualificação da Dissertação de Mestrado deverá ocorrer em até 18 (dezoito) meses, e o da Tese de Doutorado em até 30 (trinta) meses do ingresso do aluno no PPGHS.

CAPÍTULO VI - DA ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO E DEFESA DE DISSERTAÇÃO OU DA TESE

Art. 53 - O julgamento da Dissertação ou da Tese será solicitado pelo candidato à CCPPGHS, mediante requerimento aprovado pelo orientador.

Parágrafo único - A defesa da Dissertação ou da Tese só poderá ocorrer se o discente tiver obtido todos os créditos correspondentes às disciplinas e atividades obrigatórias do Curso.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

Art. 54 - A Dissertação de Mestrado será examinada por banca examinadora constituída por, pelo menos, 3 (três) membros Doutores ou Livre-docentes, com, pelo menos, um membro externo ao quadro funcional da UERJ. A Tese de Doutorado será examinada por banca examinadora constituída por, pelo menos, 5 (cinco) membros Doutores ou Livre-docentes, com, pelo menos, 2 (dois) membros externos ao quadro funcional da UERJ.

§1º - A composição da banca examinadora, a data e o horário da defesa da Dissertação ou da Tese deverão ser divulgados, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da defesa, ouvido o candidato.

§2º - Cabe ao orientador presidir a banca examinadora.

§3º - Na falta ou no impedimento do orientador, a CCPPGHS designará um substituto.

§4º - Caberá à CCPPGHS indicar os membros titulares da banca examinadora, e 2 (dois) suplentes, sendo um, necessariamente, externo, atendendo ao *caput* deste Artigo.

§5º - O credenciamento de um professor externo para participar da banca examinadora seguirá o estabelecido no §2º do Art. 50.

§6º - Os membros da banca examinadora deverão receber um exemplar da Dissertação ou da Tese em prazo não inferior a 30 (trinta) dias antes da data da defesa.

Art. 55 - A arguição da Dissertação ou da Tese será feita pela banca examinadora, em sessão pública na UERJ, na qual o candidato deverá expor, em Português, o conteúdo do trabalho, no tempo compreendido entre 15 (quinze) e 30 (trinta) minutos.

§1º - O tempo destinado à arguição de cada examinador será, no máximo, de 30 (trinta) minutos, dispondo o candidato de igual tempo para responder.

§2º - Na apreciação da Dissertação ou da Tese, e considerando os seus aspectos de originalidade, adequação metodológica e contribuição para o conhecimento do tema, a banca examinadora deliberará e atribuirá o conceito 'Aprovada', 'Aprovada com restrições' ou 'Reprovada'.

§3º - Terminado o julgamento, a comissão examinadora deverá lavrar uma Ata e encaminhá-la à CCPPGHS para homologação.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

§4º - Qualquer restrição por parte da banca examinadora que resulte em exigência de alteração da Dissertação ou da Tese deverá ser registrada em Ata, e caberá ao aluno cumprir as exigências dentro do prazo estipulado pela banca examinadora, que não poderá exceder 90 (noventa) dias.

§5º - O aluno deverá entregar, à Secretaria do Curso, uma cópia impressa e uma cópia em meio eletrônico de sua Dissertação ou de sua Tese aprovada, de acordo com as normas definidas pelo CCPGHS, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a defesa.

§6º - O não cumprimento do estabelecido no parágrafo anterior dentro do prazo estipulado implicará no cancelamento da matrícula e perda do título conferido sob ressalva.

§7º - A declaração de defesa de Dissertação ou de Tese só será emitida após o aluno entregar todo o material exigido no §5º deste Artigo.

CAPITULO VII - DO TÍTULO DE MESTRE OU DOUTOR

Art. 56 - Ao aluno que cumprir todas as exigências deste Regulamento, nos mandamentos universitários em vigor, e for aprovado na defesa de Dissertação, será conferido o título de "Mestre em História Social".

Art. 57 - Ao aluno que cumprir todas as exigências deste Regulamento, nos mandamentos universitários em vigor, e for aprovado na defesa de Tese, será conferido o título de "Doutor em História Social".

TITULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 58 - Os mesmos direitos concedidos, neste Regulamento, aos portadores do título de Doutor, poderão ser concedidos aos portadores do título de Livre Docente reconhecido na forma da lei.

Art. 59 - Este Regulamento está sujeito às normas de caráter geral vigentes, bem como às que vierem a ser estabelecidas para os programas de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 60 - Os casos omissos serão resolvidos pela CCPGHS, observado o disposto no §3º do Artigo 7º.

 18



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

ANEXO II

ESTRUTURA CURRICULAR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO

Disciplinas obrigatórias	Carga horária	Créditos
História Social do Território	60	4
Tópicos Especiais em Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais ou Tópicos Especiais em Território, Identidades e Representações ou Tópicos Especiais em Historiografia e Ensino de História	60	4
Seminário de Pesquisa em Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais ou Seminário de Pesquisa em Território, Identidades e Representações ou Seminário de Pesquisa em Historiografia e Ensino de História	60	4
Seminário de Pesquisa em História Social do Território I	60	4
Seminário de Pesquisa em História Social do Território II	60	4
Subtotal Mínimo a Cursar	300	20



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

Disciplinas eletivas	Carga horária	Créditos
Tópicos Especiais em História Social do Território I	60	4
Tópicos Especiais em História Social do Território II	60	4
Subtotal Mínimo a Cursar	120	8

Atividades obrigatórias	Carga horária	Créditos
Estágio Docente	15	0
Exame de Qualificação	15	1
Defesa de Dissertação	45	3
Subtotal	75	4
Total Geral	495	32

OBS: Todas as disciplinas são vinculadas ao Departamento de Ciências Humanas (DCH)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

ESTRUTURA CURRICULAR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO

Disciplinas obrigatórias	Carga horária	Créditos
História Social do Território	60	4
Tópicos Especiais em Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais ou Tópicos Especiais em Território, Identidades e Representações ou Tópicos Especiais em Historiografia e Ensino de História	60	4
Seminário Especial de Pesquisa	60	4
Seminário de Pesquisa em História Social do Território III	60	4
Seminário de Pesquisa em História Social do Território IV	60	4
Seminário de Pesquisa em História Social do Território V	60	4
Seminário de Pesquisa em História Social do Território VI	60	4
Seminário de Pesquisa em História Social do Território VII	60	4
Subtotal Mínimo a Cursar	480	32



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 20/2019)

Disciplinas eletivas	Carga horária	Créditos
Tópicos Especiais em História Social do Território III	60	4
Subtotal Mínimo a Cursar	60	4

Atividades obrigatórias	Carga horária	Créditos
Estágio Docente	30	0
Exame de Qualificação	15	1
Defesa de Tese	180	12
Subtotal	225	13
Total Geral	765	49

OBS: Todas as disciplinas são vinculadas ao Departamento de Ciências Humanas (DCH)